REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EDNA REGINA DE LIMA

RESUMO

A pesquisa busca verificar ações oriundas do Governo Federal existentes que visam ampliar o acesso à educação, pautadas na legislação e políticas públicas. Para analisar as principais ações do Governo Federal na área da educação foi realizada uma pesquisa bibliográfica e consulta aos sites oficiais para levantar os dados. O foco dessa pesquisa é identificar programas existentes e disponibilizados pelo governo federal, ações que contribuem para a qualidade na educação e devem ser conhecidas por todos os envolvidos com o ensino público e de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Ensino; Governo.

ABSTRACT

The research seeks to verify existing actions from the Federal Government that aim to expand access to education, based on legislation and public policies. In order to analyze the main actions of the Federal Government in the area of education, a bibliographic search was carried out and the official websites were consulted to collect the data. The focus of this research is to identify existing programs and made available by the federal government, actions that contribute to quality in education and should be known by everyone involved with public and quality education.

KEYWORDS: Public policy; Teaching; Government.

INTRODUÇÃO

Dentro do contexto político brasileiro percebe-se que em determinados momentos as políticas públicas da área da educação alcançaram mudanças significativas, mas nem sempre é uma regra.

Observando os últimos dez anos é possível observar que houveram ideias muitas boas para educação, mas é preciso que as políticas públicas continuem avançando, a fim de ampliar o acesso à educação de todos os brasileiros.

Esse acesso à educação precisa de incentivo e apoio do governo federal, pois cada ente federativo possui características específicas por isso são necessárias, políticas públicas que atendam a realidade de cada população.

A educação pública de qualidade é a saída para o avanço do país em todas as áreas, algo que nem sempre é levado em consideração como os profissionais da educação almejam.

Considerando que o contexto da necessidade de ampliar o acesso à educação, essa pesquisa visa verificar ações oriundas do Governo Federal existentes que visam ampliar o acesso à educação pautada na legislação e políticas públicas.

Para analisar as principais ações do Governo Federal na área da educação, será realizada uma pesquisa bibliográfica e consulta aos sites oficiais para levantar os dados.

Visando facilitar a compreensão, inicialmente será abordado sobre a definição

de políticas públicas e na sequência as principais ações existentes que o governo federal lançou para a educação. Por fim as considerações finais e as referências.

DESENVOLVIMENTO

As escolas, as redes e os sistemas de ensino são regulados por políticas públicas, numa complexa rede de práticas governamentais, de recursos financeiros e de legislações. “À intervenção do Estado em educação [...] visa a implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado” (VIEIRA,1999 p.1 apud CORDIOLLI, 2011 p.22).

Nesse sentido compreende-se que educação, estado e política são três conceitos que estão permanentemente articulados, por isso a análise e tudo da educação implica, conexões com a política e as ações do Estado.

A função que o Estado desempenha na sociedade sofreu diversas transformações ao longo do tempo. Sua principal função no passado era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo (CALDAS, 2009).

Com o passar dos anos e a expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é comum afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade. Para isso é preciso desenvolver diversas ações e atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente (CALDAS, 2009).

Para promover o bem-estar da sociedade, os governos se utilizam das Políticas Públicas que podem ser definidas da seguinte forma: “(...) Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...)” (CALDAS, 2009 p.5).

Em outras palavras, toda ação que vise solucionar a demanda que ocorre na sociedade, seja qual área for, pode ser considerada como política pública. Vale ressaltar que está inteiramente ligada com a democracia, na qual é possível criar um mecanismo de diálogo entre a sociedade e o poder público.

Compreende-se que as ações na qual os dirigentes públicos (os governantes) selecionam correspondem as demandas ou expectativas da sociedade, caso a sociedade não consiga expressar aquilo que realmente precisa, o bem-estar da população será sempre definido pelo governo (CALDAS, 2009 p.5).

A população faz solicitações para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população (CALDAS, 2009).

De acordo com Cordiolli (2011 p.32-33) no caso das políticas públicas de educação envolve e depende do envolvimento de ações de diversos segmentos relacionados à educação. Cada um desses segmentos constitui grupos sociais de vínculos diversos com os processos educacionais, por isso são denominados de sujeito da educação: estudantes, professores, gestores, conselhos de educação, tutelares entre outros.

Após a população solicitar suas de-

mandas aos seus representantes (deputados, senadores e vereadores) estes mobilizam os membros do Poder Executivo, no qual também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população (CALDAS, 2008).

Para Souza (2003) as políticas públicas são:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

A definição de Souza (2003) vai ao encontro com a explicação de Caldas (2008) quanto a ação de propor mudanças, mobilizando os representantes para colocar em prática a solução para os pedidos.

As políticas públicas podem ser classificadas em: Redistributivas, distributivas e regulatórias.

Redistributivas consistem em redistribuição de renda na forma de recursos e ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos (AZEVEDO, 2003 p.38).

As distributivas implicam nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa fazer. Dizem respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos, mas sempre feita de forma pontual ou setorial, de acordo com a demanda social ou a pressão dos grupos de interesse. São exemplos de políticas públicas distributivas as podas de árvores, os reparos em uma creche e, etc. (AZEVEDO, 2003 p.38).

Regulatórias consistem na elaboração das leis que autorizaram os governos a fazerem ou não determinada política pública redistributiva ou distributiva (AZEVEDO, 2003 p.38).

O processo de formulação de Políticas Públicas, também chamado de Ciclo das Políticas Públicas, apresenta cinco fases. Na primeira fase ocorre a formação de agenda, ou sejam a seleção de prioridades. Já na segunda fase inicia a formulação de políticas, apresentando soluções e alternativas. A terceira fase é marcada pela tomada de decisões a partir da escolha das ações, na sequência, a quarta fase é a implementação ou execução das ações. Por fim a avaliação do processo "a avaliação também é uma fonte de aprendizado que permite ao gestor perceber quais ações tendem a produzir melhores resultados" (CALDAS, 2008 p.18).

Essas são as fases necessárias para implantar uma política pública, e além das fases, lembrando que apesar desse ciclo, muitas vezes o fechamento de uma ação não é favorável, ou seja não atinge a expectativa da sociedade.

Cordiolli (2011, p.33) ressalta que as proposições governamentais podem ser boicotadas ou distorcidas em diversas instâncias e algumas nunca chegam a ser implementadas ou são torcidas em relação à versão original.

Nesse aspecto é importante que a sociedade desenvolva o hábito de participar, acompanhar e cobrar os seus representantes.

Após abordar sobre as políticas públicas se faz necessário avaliar o panorama brasileiro de acordo com o contexto político, as ações implementas na área da educação nos últimos anos assim como programas existentes no meio educacional.

1.1 Políticas Educacionais: programas e ações do governo Federal

O Ministério da Educação apresenta ações por meio de programas para articular as políticas públicas na área educacional.

O intuito não é enumerar as ações, mas identificar o que já foi criado e o que pode ser aprimorado.

De acordo com Cordiolli (2011, p.258) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado em 2007 pelo Ministério da Educação, composto por um conjunto de instrumentos de avaliação institucional e recursos para implementar políticas nas quais visam melhorar a qualidade no ensino nas escolas públicas brasileiras.

Esse plano coordena a transferência de recursos não obrigatórios do Ministério da Educação para as redes de ensino e oferece assistência técnica em diferentes áreas.

Os municípios, estados e o Distrito Federal devem elaborar Planos de Ações Articuladas (PAR) com metas objetivas e articuladas a PAR do Ministério da Educação e todos os entes que aderirem ao PDE há diversos programas com apoio técnico e recursos materiais e financeiros para a educação (CORDIOLLI, 2011 p.258-259).

O PAR é formulado a partir de análise de duas bases de informações: os Indicadores demográfico e Educacionais (IDE) do município, que reúne os dados sociais com as informações escolares dos estudantes, e a outra base é o diagnóstico educacional local, um instrumento de coleta de dados que permitem a análise compartilhada de informações quantitativas e qualitativas para dezenas de indicadores (CORDIOLLI, 2011, p.260).

A Plano de Ações Articuladas deve ser elaborado por uma equipe técnica composta por um dirigente municipal de educação, juntamente com outros profissionais e Conselho Municipal de Educação (CORDIOLLI, 2011, p.260).

Outro exemplo de ação é o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação. Esse compromisso é assinado pelos Municípios e Estados e garante o apoio técnico por parte do Ministério da Educação e a transferências de recursos materiais e financeiros.

Promulgada em 2007, o plano de metas é composto por 28 diretrizes para melhoria do ensino Nacional, estabelecidas a partir de estudos preliminares realizados em parceria com os organismos internacionais.

Por meio do plano de metas, a união os estados o Distrito Federal e os municípios em regime de colaboração se esforçam para superar a desigualdade de oportunidades nas diversas regiões do país (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Um dos objetivos do Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação é o desenvolvimento de diretrizes para ampliarem os índices do IDEB nas escolas das redes municipais e estaduais de educação.

Um outro programa importante para a educação básica é a distribuição de obras didáticas. Essas obras impressas são antigas no Brasil e originalmente atendiam ao ensino fundamental e a educação de jovens e adultos. Atualmente os programas abrangem

diversos níveis e modalidades, além de distribuir obras audiovisuais. São atendidos por esse programa os estudantes de toda educação básica, das redes públicas municipais, distrital e estaduais (CORDIOLLI, 2011, p. 262).

O Programa Nacional do Livro Didático PNLD atende aos estudantes do ensino fundamental, pelo qual todos têm direito a um exemplar das disciplinas de língua portuguesa, matemática história e geografia (CORDIOLLI, 2011, p. 262).

Há também o programa nacional do livro para o ensino médio PNLEM que por sua vez atende aos estudantes do ensino médio, sendo que cada estudante recebe inicialmente um exemplar das disciplinas e a partir de 2011 passa a receber também o livro de inglês e outro de espanhol (CORDIOLLI, 2011, p. 262).

O PNLA – Programa Nacional do Livro Didático para a alfabetização de Jovens e Adultos foi criado em 2007 e promove a doação aos governos distrital, estadual e municipais de obras didáticas. Também participam do programa parceiros do MEC ações do programa Brasil Alfabetizado para a alfabetização e a escolarização de pessoas com idade de 15 anos ou mais (CORDIOLLI, 2011, p. 262).

Além desses citados há o programa nacional do livro didático em Braille distribuídos para as escolas públicas do ensino regular e escolas especializadas sem fins lucrativos do ensino fundamental.

Ainda relacionado ao livro didático há o Programa Nacional Biblioteca na Escola

– PNBE destina publicações impressas para todos os segmentos da Educação Básica. São milhões de livros distribuídos todos os anos da Educação Infantil ao ensino médio.

Considerando o avanço da tecnologia na educação, há incentivos para que tanto professores quanto alunos tenham acesso a novas informações.

O programa nacional de tecnologia Educacional PROINFO foi instituído com o objetivo de disponibilizar o acesso a novas tecnologias de informação e comunicação as redes estatais de escolas de Educação Básica. Disponibiliza equipamentos de informática com recursos digitais e conteúdos educacionais. Possibilita também a capacitação de professores e agentes educacionais, promovendo a entrega de aparelhos para reprodução de DVDs para as unidades escolares mais (CORDIOLLI, 2011, p. 263).

São enviadas para as escolas DVDs com programas gerados pela TV Escola e pelo site portal do professor, criado em 2008 com recursos e conteúdos em áudio e vídeo que o professor pode utilizar em sala ou na preparação das aulas mais (CORDIOLLI, 2011, p. 263).

O Programa nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional PROINFO integrado foi instituído com o objetivo de ofertar cursos de Formação em tecnologias educacionais para professores e gestores de redes estatais de Educação. A base desse programa é a utilização do sistema operacional Linux e as diversas ferramentas educacionais baseadas em softwares livres (CORDIOLLI, 2011, p. 264). Em relação ao Ensino em tempo Integral temos o Programa Mais Educação instituído pela Portaria interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010. Integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, como

uma ação do governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Trata-se do esforço para construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais,

contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais.

A proposta pedagógica do Programa Mais Educação é desenvolver as potencialidades dos alunos, oferecendo-lhes condições de construir diferentes saberes que vão além do currículo escolar, promovendo um diálogo entre saberes escolares e comunitários. O programa busca desenvolver oficinas com atividades diversificadas, que contribuem para a formação integral do aluno, oferecendo conhecimentos necessários para a formação acadêmica e profissional. Percebe-se estreita correlação entre a proposta e a análise acerca da sociedade pós-industrial, a sociedade atual repropõe para a escola o clássico paradigma da totalidade. Ou seja, a escola tem a função de dar aos alunos os ensinamentos de que eles necessitam para viver e trabalhar neste mundo de evolução, bem como orientá-los para a vida. É cobrada da educação escolar a tarefa de formar cidadãos competentes para uma sociedade e um mercado cada vez mais exigentes. (NOSELLA, 2005, p. 254).

Para efetuar a ampliação da jornada escolar esse programa busca:

Ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola; Aumentar o espaço utilizado para a escolarização, tais como centros esportivos, praças, clubes etc., instituídos como de ambientes da comunidade e do bairro;

Constituir parcerias com mais atores sociais em prol da educação como clubes esportivos as associações de artistas, entidades sociais etc.

Entre as atividades que se desenvolvem no programa Mais Escola, estão as de judô, capoeira e aulas de reforço escolar. (CARDILOLLI, 2011, p.264)

Para custear esse programa inicialmente os recursos são repassados pelo MEC por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e posteriormente as escolas passam a receber um elemento de recursos do FUNDEB na ordem de 25% para o custeio de atividades de contraturno (CORDILOLLI, 2011, p.264).

O programa dinheiro direto na escola foi criado em 1995, destina-se as escolas públicas de Educação Básica das redes estaduais, municipais e do DF, as escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registrada no Conselho Nacional de assistência social (CNAS) como beneficente de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público e aos polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil UAB que oferta em programas de Formação Inicial ou continuada a profissionais da Educação Básica (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

O dinheiro é utilizado para realizar pequenos reparos, como a troca de uma lâmpada queimada, ou para aquisição de um aparelho de som, por exemplo, mas também pode ser utilizado para manter as instituições abertas durante o fim de semana. É que os recursos atendem a quatro modalidades do programa: PDDE/Fundamental, funcionamento das escolas nos finais de semana

(PDDE/FEFS), PDDE/PDE-Escola e PDDE Parcela extra rural (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

O PDDE Fundamental vai para escolas de ensino fundamental de todo o país. Para essa modalidade, os recursos devem ser utilizados para aquisição de material permanente, manutenção, conservação e pequenos reparos, aquisição de material de consumo, entre outros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2021).

Além desses recursos citados, vale destacar um programa voltado para alimentação escolar do estudante, pois se essa área for negligenciada, o aprendizado não será o mesmo.

Trata-se do programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino (PNAE, 2021).

O Programa Nacional de Alimentação de Escolar visa complementar a verba destinada para o alimento dos estudantes na escola, algo que pode ser considerado como uma ação que favorece o aprendizado garantindo uma verba auxiliar para Estados e municípios.

Esses são alguns exemplos de ações que o Governo Federal disponibiliza para o ensino brasileiro, algo que pode ser considerado como avanço se for comparado com o ensino de dez anos atrás, porém, há muitos aspectos que precisam ser ampliados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a pesquisa desse tema foi identificado algumas ações realizadas pelo governo federal que visam aprimorar a qualidade da educação em vários aspectos.

Programas como o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) é uma iniciativa que reduz a desigualdade no acesso à informação, algo que há vinte anos atrás, se a família não comprasse o livro, a criança não teria como acompanhar.

Realidade como essa nem sempre é conhecida nos dias atuais, por essa razão, se faz necessário sempre mostrar para a comunidade escolar os avanços obtidos ao longo dos anos.

Para aprender, o estudante precisa estar alimentado, e a verba do PNAE contribui para que cada vez mais todos tenham a oportunidade de uma alimentação saudável na escola.

Assim como esses, todos os outros programas são conquistas para educação e não devem se limitar aos já existentes, pelo contrário, cabe a toda sociedade buscar por soluções das atuais dificuldades e assim conquistar novos programas e ações.

Para que essas ações conhecidas hoje fossem concretizadas, as políticas públicas foram cobradas por setores envolvidos com a temática e repassada aos seus representantes no passado, com o passar do tempo, resultou nas políticas conhecidas hoje.

Essas são apenas algumas das ações existentes, e o intuito deste trabalho não é quantificar e sim observar programas e in-